

COMPORTAMENTOS DESVIANTES: SEUS CONTEXTOS FAMILIARES E CIRCUM- -FAMILIARES

Artur M. Parreira

Professor Associado da ULHT

Resumo

O artigo salienta a multidimensionalidade do conceito de comportamento desviante e define-o através do seu posicionamento em quatro *continua*:

Conformismo	anti-conformismo
Salutogenia	patogenia
Construtividade	destrutividade
Estereotipia	criatividade.

Por um lado, a posição do comportamento nestes *continua*

Permite à comunidade percebê-lo como inovador, independente, equilibrado, original (conotação positiva) ou anômico, doentio, destrutivo, fantasioso e utópico (conotação negativa). A atribuição da designação de desviante assenta principalmente no posicionamento das atitudes e comportamentos no pólo extremo do anti-conformismo e da destrutividade.

O artigo salienta quer as raízes mais prováveis dos comportamentos desviantes (na família, nos contextos de proximidade, nos contextos socio-profissionais), quer as vias de possíveis soluções preventivas e de controle social deste tipo de comportamentos.

Abstract

The author stresses the concept of deviant behaviour as a multidimensional construct trying to define it by its positioning across four *continua*:

Conformity	anti-conformity
Salutogeny	pathogeny
Constructivism	destructivity
Stereotypy	creativity.

Positioning a specific behaviour on these *continua* allows the community understand it either as innovation independence, health-prone, open-minded (positive attributions) or as anomyc, unhealthy, destructive, delusional (negative attributions).

Naming the behaviour as deviant is mainly based on the location of attitudes and behaviour in the extreme point of anti-conformity and destructivity.

The text stresses also the several probable causes of deviant behaviours (inside families, in the neighbourhood, in professional and economic fields), and outlines possible ways of preventing and controlling those behaviours.

A questão dos desvios de comportamento é um problema eminentemente social, diz directamente respeito ao que para as comunidades

humanas é aceitável ou inaceitável, ao que é por elas considerado normal ou desviante do normal, equilibrado e saudável ou patológico e desequilibrado. É um processo de atribuição de significados e de valores que cria um contexto, face ao qual o indivíduo tem de se situar e para o qual tem de encontrar repostas mais ou menos eficazes e satisfatórias para si próprio.

O comportamento desviante tem, assim, alguma semelhança com não-conformismo; no entanto, este conceito pode apresentar conotações positivas, geralmente ausentes do conceito de desviante, uma vez que o não conformismo pode ser sinónimo de independência pessoal, de liberdade e até de originalidade.

Gardner (1963, citado em Hollander, 1967) confronta os conceitos de conformismo e independência e salienta que a independência das normas sociais se traduz na aceitação de uma liberdade individual que é um fenómeno raríssimo na história humana, “um produto altamente perecível da nossa civilização, completamente dependente de certos hábitos e atitudes e de processos institucionais partilhados por muitos”.

“Não existe uma linha definida entre conformismo e não conformismo; o que há é um modo mais ou menos característico ou inabitual de seleccionar e combinar as influências a que se tem acesso...uma visão correcta do assunto é considerar o conformismo e o anti-conformismo como fases normais e complementares da actividade humana” (Cooley, cit. em Hollander, 1967).

A caracterização do comportamento desviante torna-se, por isso, difícil, por uma multidimensionalidade que remete para campos semânticos diversos e acentua a ambiguidade e a complexidade do conceito. Podemos, no entanto, aproximar-nos de uma caracterização relativamente precisa, se situarmos o conceito de desviante nos continúos em que ele se pode posicionar e assim captarmos e articularmos as suas diferentes facetas.

Para este efeito, quatro eixos parecem adequados:

- o continuum conformismo – anti-conformismo;
- o continuum salutogénico – patogénico;
- o continuum construtividade – destrutividade;
- o continuum estereotipia – criatividade.

Conformismo versus autonomia e independência

Este primeiro continuum pode ser considerado o eixo definidor fundamental do comportamento desviante. É a posição neste continuum que condiciona em definitivo a atribuição da designação de desviante a um comportamento. Se nem todos os comportamentos anti-conformistas

serão designados como desviantes, essa é uma condição *sine qua non* para assim serem socialmente rotulados.

“Os grupos sociais criam o desvio, por meio da elaboração e aplicação de normas, cuja infracção constitui o desvio...Assim, o

desvio *não* é uma qualidade do acto, mas sim a consequência da aplicação de regras e sanções pelos outros a um “desviante” (Becker, 1963, citado em Hollander). Teremos então o continuum definido pelos dois extremos:



No extremo do conformismo, o indivíduo teria um comportamento completamente pautado pela obediência às normas sociais, mesmo as mais acessórias: o seu pensamento e a sua acção não apresentariam qualquer desvio em relação ao socialmente estabelecido.

No outro extremo do *continuum*, situar-se-ia o comportamento de anomia total, completo individualismo, máxima variedade de acções, apenas coincidentes com a mesma por factores não intencionais e meramente estatísticos.

Se todos os indivíduos se comportassem de acordo com a primeira posição do *continuum*, a comunidade não apresentaria qualquer criatividade, a não ser através do comportamento dos dirigentes do seu topo estratégico; e mesmo estes só de forma muito limitada, já que a variedade estaria reduzida a um mínimo quase invisível.

Para uma comunidade regida por este extremo do *continuum*, qualquer comportamento não conforme seria considerado desviante.

No outro pólo, do não-conformismo total, não seria fácil a subsistência de significados e valores colectivos nem a previsibilidade dos comportamentos: uma comunidade que vivesse no extremo direito do continuum não definiria nenhum comportamento como desviante, já que todos seriam possíveis e em relação a todos se aplicaria o princípio da equifinalidade (Buckley, 1969). Não existindo normas face às quais o desvio pudesse ser assinalado, este não existiria também, enquanto tal; seria quando muito definido como diversidade, eventualmente incómoda.

Naturalmente, as comunidades humanas situam-se mais próximas do centro deste *continuum*; mas a visualização dos extremos torna-se interessante, porque permite definir com mais precisão o conceito.

Como dissemos, o comportamento não conformista não é, só por si, categorizável como desviante; essa categorização resulta sempre da sua comparação com o nível de conformidade promovido pela sociedade (Becker, 1963), e é tanto mais provável quanto mais o acto se afastar do padrão social.

Estes desvios comportamentais não são necessariamente alvo de atribuições de valor negativas, embora possam acarretar sequelas desconfortáveis para o sujeito que os apresenta: isolamento, marginalização parcial, preconceito, desvalorização. Mas não são consequências automáticas: elas serão determinadas pelo modo como o comportamento é socialmente posicionado nos outros eixos. É e neste ponto

que aparece como decisiva a relação com os padrões culturais: as sociedades fechadas, hiper-coerentes e com reduzida variedade interna tendem a generalizar para os outros eixos a posição de desvio no eixo da conformidade; sociedades mais abertas, flexíveis e variadas tendem, ao contrário, a tratar os eixos como independentes, com o seu próprio significado. Poderão, por isso, exagerar na permissividade e realizar diagnósticos ligeiros demais. Como em todos os problemas complexos, a busca de equilíbrio na acção exige informação ao nível requerido, um esforço ingente.

Antonovsky (1990) propôs um segundo continuum onde podem ser situados os comportamentos relativos à saúde (independentemente do seu maior ou menor grau de conformismo social):



Por si mesmo, este continuum diz respeito essencialmente ao indivíduo e apenas por extensão se tornará preocupação colectiva; sem qualquer incidência social e relacional, não poderiam ser razoavelmente incluídos na categoria de desviantes, por lhes faltar a componente socio-relacional.

É claro, porém, que à luz da Medicina Comportamental muitos dos comportamentos salutogénicos ou patogénicos individuais têm óbvias consequências sobre a saúde e a patogenia social e relacional: através da família, da escola, do trabalho, dos contextos de proximidade (estão neste caso de muitos dos comportamentos de dependência química e outras adicções, como a do jogo, do sexo ou da comida). Os desvios neste eixo acabam, assim, muitas vezes por se constituir como fonte de preocupação para os próximos e até para círculos sociais mais amplos. De facto, alguns dos comportamentos desviantes das normas da saúde constituem ameaça para a saúde de terceiros, por exemplo o tabagismo (Grunberg, Brown e Klein, 1997), tornam-se factor de risco para eles, caso do excessivo consumo de bebidas alcoólicas (Sayette, 1997) ou conduzem a actos de maior ou menor destrutividade, como pode acontecer na adicção sexual (Frieze, 1997).

Entram por esta via no domínio dos comportamentos desviantes para as nossas sociedades (Agra e Matos, 1997), já que se afastam da norma socialmente aceite e de uma maneira que acarreta consequências social e relacionalmente nocivas.

O continuum construtividade – destrutividade

Este continuum engloba um outro bem conhecido, o **continuum dos comportamentos pró-sociais / anti-sociais**, o qual acentua a dicotomia entre as tendências egoísta e altruísta dos indivíduos e dos seus actos.

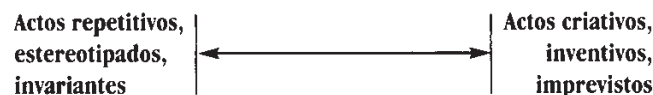
Os dois pólos deste continuum definem, em certa medida, o grau de produtividade social do comportamento. Incluem, do lado do pólo da construtividade, os comportamentos que têm como resultado o acréscimo de bem-estar e de recursos para a comunidade ou para os subgrupos e indivíduos que a compõem; e do lado do pólo da destrutividade, os comportamentos contrários, conducentes ao decréscimo dos recursos e do bem-estar que proporcionam aos indivíduos e à comunidade.

A definição do continuum como construtivo / destrutivo procura ampliar a definição desta dimensão do comportamento de modo a incluir nela comportamentos construtivos ou destrutivos em relação a objectos não expressamente vinculados a pessoas, como actos de vandalismo ou mesmo de pichagem de paredes, ou actos construtivos de limpeza ou reparação de objectos deteriorados.

No caso deste continuum, a designação de desviante aplica-se aos comportamentos situados no pólo da destrutividade. Os comportamentos do pólo construtivo não são susceptíveis de suportar a designação, mesmo quando se afastam das normas vigentes na sociedade; quando muito aparecem como estranhos, desadaptados, imprevistos.

O continuum estereotipia – criatividade

Eis um outro continuum que pode ajudar a definir com mais precisão o conceito de comportamento desviante:



O posicionamento neste eixo não tem relação directa com o conceito de comportamento desviante. A sua consideração não é, no entanto despropositada: permite avaliar com mais rigor a probabilidade e a consistência dos desvios nos eixos anteriores, facilitando, assim, o prognóstico acerca dos desvios situados nos outros eixos.

Efectivamente, pode dizer-se que o indivíduo situado no pólo da estereotipia tem maior probabilidade de apresentar comportamentos desviantes, quando têm de enfrentar problemas complexos, e têm menor capacidade de se libertar deles, devido a uma menor capacidade de visualizar soluções diversas e de as aplicar.

Com a sua categorização através destes *continua*, pensamos que o comportamento desviante se torna mais inteligível e acessível à intervenção.

O primeiro é o *continuum* de base, define o desvio do comportamento em relação às normas socialmente promovidas. Este posicionamento é neutro, é essencialmente estatístico e factual, sem conduzir a

atribuições positivas ou negativas, a não ser por combinação com as posições nos outros *continua*. Não se define por ele se é o comportamento ou a norma social que tem um valor positivo ou negativo.

Consequentemente, a avaliação positiva ou negativa do desvio de um acto em relação à norma tem de entrar em linha de conta com a sua posição nos outros *continua*:

- Um acto situado no pólo da **não-conformidade** (desviante da norma), mas situado no **pólo salutogénico** do segundo *continuum*, será percebido como um modelo, desafio positivo para a mudança em direcção a melhores padrões de saúde (ou, pela negativa, como idiossincrasia pessoal, eventualmente ridícula);
- A mesma **não conformidade** associada a uma **posição no pólo da criatividade** do *continuum* correspondente terá uma atribuição de originalidade, excentricidade artística ou outra rotulação de teor semelhante;
- Se o acto de **não conformidade** se situar no **pólo da construtividade** do respectivo *continuum*; a atribuição poderá ser de visionário, revolucionário, mas tenderá a ter conotação positiva.

A atribuição de comportamento desviante será feita, ao contrário, para os comportamentos de não conformidade que se situam no pólo oposto dos outros *continua*:

- Comportamentos de não-conformidade situados no pólo da destrutividade serão inevitavelmente rotulados como desviantes;
- Receberão o mesmo rótulo os actos de não-conformidade situados no pólo patogénico do *continuum* relacionado com a saúde, se tiverem alguma incidência relacional;
- Comportamentos de não-conformidade e simultaneamente situados no pólo repetitivo e ultra-estável do *continuum* serão avaliados como inadaptação, estagnação, atraso, com as penalizações sociais associadas a tais atribuições.

Caracterizar um comportamento como desviante implica, portanto, que o desvio do comportamento em relação à norma socialmente promovida tenha uma amplitude suficiente para se tornar inequívoca, sem ambiguidades. Mas não basta: o desvio só se torna fonte de preocupação, quando envolve também o pólo negativo de um de dois eixos: o salutogénico-patogénico, ou o construtivo destrutivo. No entanto, como salientaram McGuire, Mason e O’Kane (2000), “em algum momento das nossas vidas, a maior parte das pessoas é vítima de crime. E há dados sugestivos de que virtualmente toda a gente comete algum acto criminal em alguma fase da sua vida”.

Se isto se pode dizer do comportamento “criminal”, com maioria de razão se poderá afirmar do comportamento desviante. Mas, embora seja admissível que tal comportamento pode ser atribuído a qualquer um, a sua repetição sistemática pertence a grupos localizados: dependentes químicos, dependentes do jogo, sexo, etc., pessoas com

estilos de vida estruturados com base em redes de interesses alheios às preocupações comuns.

A questão dos comportamentos desviantes é, por todas estas dimensões que se lhes pode associar, um problema de extrema complexidade, como acentuam McGuire, Mason e O’Kane.

Num outro trabalho, considerámos que o comportamento desviante é um problema caracterizável como uma perturbação do sistema de regulação do comportamento, um problema que envolve o sujeito na sua totalidade, enquanto sistema vivo. Como esse processo de auto-regulação assenta no sistema motivacional, a compreensão do problema tem de encarar os dois componentes básicos deste processo:

- o componente interno da motivação, os padrões específicos do sujeito;
- o componente externo da motivação, os objectos do meio a que o sujeito é sensível e que valoriza, como metas para o seu comportamento instrumental ou consumatório.

Quer dizer: a avaliação diagnóstica do problema terá em conta toda a complexidade do sistema que é o *indivíduo em contexto*; e procurará encontrar um modelo motivacional capaz de integrar a explicação dessa complexidade (Lewin, 1951).

A nível do indivíduo, o modelo conduz à avaliação do balanço entre padrões positivos e negativos nos eixos assinalados. Esta avaliação pode ser feita numa base clínica, usando, por exemplo, a lista dos sintomas associados aos distúrbios de conduta, proposta no DSM-IV. Por si só, a lista já contém uma definição graduada do problema, indo do absentismo escolar, consumo de álcool ou outras drogas, pequenos roubos ou danos em objectos, até ao roubo com enfrentamento da vítima, ao uso de armas para roubar ou ao molestamento sexual.

Em geral, estas condições são avaliadas na infância e na adolescência, onde se situam as bases das condutas desviantes que persistem em fases mais tardias da vida.

Do ponto de vista sistémico aqui seguido, as questões que do ponto de vista da regulação motivacional se colocam na análise do comportamento desviante terão de incidir em todos os subsistemas que constituem o indivíduo: o subsistema físico, o corpo; o subsistema de processamento das informações, os subsistemas cognitivos; e o subsistema de pilotagem, de regulação estratégica da própria pessoa.

Estes três conjuntos englobam os subsistemas propostos por Miller (1978):

Sistemas vivos e seus subsistemas

Designação	Definição e Exemplos
Suporte	Travejamento, base de assentamento dos outros subsistemas: estrutura óssea ou similar
Ingestor	Introduz matéria e energia do meio no sistema vivo: aparelho alimentar
Armazenador de matéria e energia	Conserva matéria e energia para futura utilização: tecidos gordos
Distribuidor de matéria e energia	Conduz a matéria e a energia aos subsistemas que precisam: aparelho circulatório
Conversor	Transforma a matéria e energia introduzida no sistema em formas adaptadas a ele.
Produtor	Forma conjuntos estáveis de matéria – energia, materiais para crescimento e reparação de danos: sintetizadores de matéria proteica, açúcares.
Extrusor	Extrai matéria e energia do sistema sob a forma de desperdícios ou produtos glândulas sudoríparas, aparelho urinário defecador.
Transdutor externo	Transformam os suportes informativos do meio em suportes adaptados e operáveis internamente: sistema cognitivo (sensorial, perceptivo etc.)
Codificador e decodificador	Organizam e registam a informação, de modo a torná-la inteligível para o sistema e para o meio: linguagens verbais e gestuais
Rede de canais	Definem os trajectos seguidos pela informação no interior do sistema: sistema nervoso
Associador	Compara e interliga diferentes informações entre si: conexões neuronais, neurotransmissores
Memorizador	Armazena informação: os vários níveis de memória.
Reprodutor	Utiliza matéria, energia e informação, para originar sistemas similares: aparelho reprodutor, memória genética.
Fronteira	Protege o sistema de pressões do meio; define a sua configuração; condiciona: pele, órgãos sensoriais
Decisor	Dinamiza e controla e integra as acções do sistema: no interior e para o exterior: esquema corporal, auto-conceito, pilotagem

Esta perspectiva gera toda uma lista de questões:

1. Relativas aos subsistemas físicos

- 1.1. Em que medida o sistema biológico do indivíduo facilita a adopção de comportamentos de risco para a saúde?
- 1.2. Como reage o indivíduo à estimulação sensorial? Qual a intensidade com que vivencia o prazer e a dor?
- 1.3. A estimulação sensorial desencadeia no indivíduo predominantemente sensações positivas ou negativas?
A intensidade dessas emoções é grande e descontrolada ou é moderada e sujeita a controle?
- 1.4. O indivíduo é saudável nos diferentes subsistemas físicos ou algum deles apresenta anomalias? Quais, em caso afirmativo?
- 1.5. Como funcionam os padrões de sono e fadiga, alimentação e estimulação sexual, em termos de intensidade e regularidade?

- 1.6. Qual o grau de sensibilidade a substâncias psicoactivas, como o álcool, o tabaco e outras drogas, lícitas ou ilícitas?

2. Subsistemas cognitivos

- 2.1. Qual o nível de escolaridade do indivíduo?
- 2.2. Qual o nível de inteligência?
- 2.3. A sua atenção é dispersa ou concentrada?
- 2.4. Qual o grau de instrumentalidade no enfrentamento e resolução de problemas e na tomada de decisões?
- 2.5. Qual o seu nível de objectividade na apreciação das situações, nomeadamente relacionais?
- 2.6. Tende a ser rígido ou flexível no modo de pensar e na procura ou aceitação de soluções?
- 2.7. Qual o seu nível de abertura de espírito, a sua curiosidade na busca de informação e na tolerância a posições divergentes?
- 2.8. Qual o seu grau de persistência na procura de informação pertinente para a resolução de problemas?

3. Subsistema de Pilotagem

- 3.1. Quais são os valores e princípios importantes para o sujeito?
- 3.2. Tem objectivos de vida? Em que áreas vitais? A que prazo os define?
- 3.3. Que importância atribui o indivíduo à família, ao trabalho e ao emprego, ao dinheiro, à riqueza, a dar socialmente nas vistas, aos amigos?
- 3.4. Como representa e avalia o sujeito a escola e o esforço de aprendizagem?
- 3.5. Como representa o sujeito os órgãos sociais de autoridade: governantes, polícias, magistrados?
- 3.6. Como representa o sujeito os líderes religiosos e as práticas religiosas?
- 3.7. Quais são os modelos com que o sujeito se identifica na sociedade?

A lista não pretende ser exaustiva, mas já dá uma ideia clara do tipo de análise que interessa fazer, quando se segue a perspectiva sistémica da auto-regulação do comportamento intencional. A outra dimensão que é necessário explorar, para compreender cabalmente o sujeito produtor de comportamentos desviantes, é a do contexto em que o sujeito se move. O sujeito forma uma unidade interactiva com os objectos significativos do seu meio, pelo que só se torna compreensível através das relações que estabelece com eles. Estas constituem-se como componentes essenciais da pessoa que ele é.

Para o indivíduo humano, as áreas principais do contexto são as seguintes:

- o contexto de proximidade, cujo núcleo é a família, com a sua rede de relações, e a escola;

- o contexto de trabalho e emprego;
- a comunidade, aldeia ou cidade, onde o sujeito encontra os serviços de que precisa e de cuja cultura participa activa ou passivamente;
- a sociedade político-económica global;
- a estrutura física e condição ecológica do espaço urbano ou rural onde se passa a vida do indivíduo.

A família

A família é reconhecida por todos os autores como um contexto decisivo para o posicionamento do sujeito nos três eixos com que se pode caracterizar o comportamento desviante. Questões a considerar para o tema que nos preocupa:

A importância dos factores genéticos

- Di Lalla e Gottesman (1989) e Bradley e Casey (1992, citados em Hewison, 1997) acentuam que é através do meio familiar que as variáveis demográficas afectam a saúde e a qualidade de vida do indivíduo humano. São factores que não podem ser descurados na análise do problema.

O ambiente familiar na infância

- Qual a atitude da família perante a exposição da criança a comportamentos de risco? (Hewison, 1997) mostrou que as formas de enfrentamento da adversidade nos anos posteriores dependem em boa parte deste ambiente.
- As práticas familiares são ríspidas? Kazdin (1985) mostrou que tais práticas têm influência nos distúrbios de conduta de crianças e adolescentes.
- Existe alternância de rigidez e dureza com permissividade? A inconsistência do comportamento familiar parece ser um factor promotor de condutas anti-sociais nos filhos ainda que os pais se não apercebam do efeito indesejado destas práticas (Wilson, 1980, citado em Kazdin e Buela-Casal, 2001).
- Existe falta de calor humano e apoio emocional nas relações entre pais e filhos, um menor apoio à comunicação e à participação nas actividades familiares, assim como o predomínio de atitudes defensivas? Henggeler (1989) mostrou que estas práticas na família são factores que favorecem o aparecimento de comportamentos desviantes.
- Há conflitos entre cônjuges (desembocando ou não em divórcios litigiosos)?
- Há conflitos entre pais e filhos, devidos a linguagens, interesses e padrões culturais diferentes?

- Existe degradação do ambiente socio-económico familiar (por exemplo devido a desemprego)?

As condições referenciadas são evidentemente propiciadoras da adopção de comportamentos menos regulados e mesmo claramente desviantes.

A família pode ser e é, na maior parte dos casos, um factor favorável à saúde e ao crescimento equilibrado dos filhos, através do que Coleman (1974, citado em Haggerty, Sherrod, Garnezy e Rutter, 1990) designou por “arenas de conforto”: áreas de funcionamento fácil e agradável, sem sobressaltos, onde acontecem a solidariedade e a partilha, o respeito pelo outro, relações harmoniosas entre mais novos e mais velhos. E Haggerty, Sherrod, Garnezy e Rutter (1990) salientaram como condições salutogénicas as relações positivas do casal, ligações fortes à comunidade local, o estatuto socio-económico e o rendimento familiar.

Esta breve descrição mostra a família como um campo em que as motivações podem ser ambíguas e mesmo contraditórias e, portanto, desreguladoras para os seus membros. Se este processo de desregulação se combinar com factores do mesmo tipo em outros contextos de proximidade, escolar, por exemplo, podem rapidamente aparecer diversas formas de comportamento desviante, que tenderão a instalar-se e a consolidar-se como padrões habituais.

O contexto escolar

Como a família, a escola é um importante factor do desenvolvimento humano. Como a família também a escola é um dos componentes essenciais dos contextos de proximidade, e a configuração dos dois contextos apresenta muitas semelhanças e coloca as mesmas questões:

- À semelhança das famílias, a escola tem recursos pedagógicos limitados?
- É frequentada predominantemente por alunos de classes desfavorecidas?
- Tem um baixo índice da relação professores / alunos?
- Já Wadsworth (1979, citado em Kazdin e Buela-Casal, 2001) tinha mostrado que estas escolas tendem a apresentar mais casos de conduta anti-social. Mas há outros factores da organização escolar que aparecem associados ao posicionamento dos alunos nos eixos construtivo-destrutivo e salutogénico-patogénico:
- as boas condições das salas e do mobiliário;
- a atenção dada pelos professores aos alunos;
- a ênfase na responsabilidade pessoal;
- o elogio e o apreço demonstrado em relação ao esforço de aprendizagem;

- o empenho dos professores nas aulas e no acompanhamento dos alunos.

Todas estas práticas pedagógicas favorecem um desenvolvimento equilibrado; o invés, os comportamentos contrários dos professores estão associados ao aumento de comportamentos desviantes num ou nos dois eixos (Rutter *et al.*, 1979).

Como a família, também a escola pode ser vista como uma peculiar organização dos factores motivacionais: a estrutura de recompensas directas e indirectas ao comportamento dos alunos pode ser consistente e reguladora, ou, ao contrário, facilitar os processos de desregulação (permissividade com controle ao acaso). Os alunos que já trouxeram da família um certo nível de desregulação podem, neste caso, encontrar na escola não um factor correctivo, mas antes um contexto de continuidade, reforçador da adopção de comportamentos desviantes mais comprometedores.

Os contextos de trabalho

O indivíduo chega aos contextos de trabalho geralmente numa fase adulta ou próxima da adultícia; para que os componentes deste tipo de contextos possam agir como factores desviantes, é necessário que na infância e na adolescência se tenham instalado vulnerabilidades que facilitem a sua influência. A existência de tais vulnerabilidades é, no entanto, sempre possível, mesmo sem terem sido detectadas, já que os pais, como vimos, nem sempre se apercebem dos factores negativos no crescimento dos filhos.

Questões tipicamente relacionadas com a influência dos factores destes contextos sobre o comportamento desviante:

- História de trabalho infantil;
- Condições de trabalho agressivas para a saúde física e mental;
- Horários descontrolados (incluindo hábitos de incumprimento);
- Salário baixo (ou muito alto e desproporcionado com o trabalho);
- Conflitos entre pares ou com as chefias;
- Cultura de trabalho favorável à desregulação (por exemplo, insensível à qualidade do serviço; fomentadora de consumos excessivos de álcool ou de drogas, de hábitos de jogo, etc.).

Estas condições são indubitavelmente factores de perturbação afectiva, facilitadores, por seu turno, da eclosão de comportamentos desviantes em áreas diversificadas, desde o incumprimento de normas de higiene e segurança até pequenos roubos ou mesmo destruições de objectos e agressões. Se estes comportamentos extravasarem para a vida da comunidade, podem mesmo tornar-se bastante frequentes e originar um estado de anomia latente, sem dúvida perigoso e difícil de controlar.

O contexto socio-político e económico

O modelo sistémico, que designamos por modelo compósito, pela sua intenção de responder à complexa multidimensionalidade do problema, levanta igualmente neste plano algumas questões significativas, que se dirigem aos aspectos mais salientes destes contextos globais:

- Quais são as figuras-modelo mais atractivas para crianças, adolescentes e jovens?
- Em que áreas da vida social se situam esses modelos?
- Esses modelos apresentam alguns comportamentos desviantes ou fazem apologia deles? Se sim, em que áreas comportamentais se situam?
- Quais são os traços salientes da cultura vivida e promovida na sociedade?

Alguns dos traços dessa cultura contêm motivações contraditórias do tipo do duplo-ligame (*double-bind*) (Bateson, 1976), em relação a comportamentos potencialmente desviantes?

- Qual são as representações das normas sociais nas crianças e adolescentes dos diversos grupos sociais?
- Quais são as práticas, institucionais ou não, de solidariedades social? Qual é a atitude face a elas?
- Existem na sociedade grupos institucionais ou informais de apoio social? Qual a sua influência?

O conjunto de questões e reflexões acima explanadas permitirá delinear a configuração de motivadores que a sociedade oferece ao indivíduo. Consoante essa configuração, assim o aparecimento de comportamentos desviantes será facilitado ou inibido, nas diferentes áreas de actividade. A resposta a estas questões orientará as nossas opções, no esforço de substituir comportamentos de risco, desviantes ou patogénicos, por actividades salutogénicas e desenvolvedoras do variado leque das competências humanas.

As sugestões do Modelo Compósito

As recomendações de prevenção derivadas do modelo incidem nos diversos campos acima analisados.

No plano individual, as medidas são guiadas pelos quatro eixos assinalados. Merecem particular atenção as posições de anti-conformidade, de aceitação da prática de comportamentos de risco, ou de posições no pólo da destrutividade. Se ao mesmo tempo o sujeito se situa no pólo da estereotipia e da dificuldade em visualizar novas soluções, a gravidade da situação parecerá acrescida e as actividades de prevenção mais consistentes e alargadas. Deverá fazer-se também o balanço entre

os comportamentos patogénicos e salutogénicos, a fim de descobrir possíveis ancoragens para a mudança. Este balanço começará pelo corpo e os seus subsistemas, tendo em conta os dados conhecidos sobre as diferenças entre os equilíbrios fisiológicos e neuronais de pessoas com estilo de vida normal e pessoas com estilos de comportamento desviantes (Agra, 1998). Depois, analisar-se-ão as sensações e emoções, onde também se observam diferenças significativas entre os dois grupos (Teixeira, 1997). Estudar-se-ão finalmente as implicações destes estilos de vida no pensamento e nas decisões de acção, directamente vinculativas do comportamento manifesto (Quelhas, 1994; Queirós, 1997).

A partir dos dados sobre estes modos típicos de reagir, poderão desenhar-se medidas preventivas mais ajustadas e eficazes.

A **família** é, com certeza, o contexto onde as acções de prevenção devem ser tomadas com maior cuidado e insistência. Importa desenvolver nas famílias atitudes salutogénicas, em particular no que respeita à exposição de crianças a comportamentos de risco, aumentando o alerta em relação a eles e treinando as crianças a enfrentar criativamente as adversidades (Hewison, 1992).

Importa desenvolver nas famílias comportamentos educativos flexíveis, mas coerentes (Kazdin, 1985), evitando a combinação aleatória de rigidez e permissividade, já que a inconsistência dos comportamentos de controle é factor de desregulação e de possíveis condutas desviantes (Kazdin e Buela-Casal, 2001).

A participação em actividades que envolvam toda a família num clima de afectividade positiva expressa deve ser favorecida, uma vez que contribui para a aquisição de todo um conjunto de competências equilibradoras (Henggeler, 1989).

Um último ponto recomendado pelo modelo compósito é a aprendizagem de atitudes de relação intergeracionais positivas: escuta mútua, competência emocional na análise dos problemas, clareza nos valores prosseguidos, capacidade de aceitação auto-regulada das divergências, incluindo crises e conflitos mais ou menos intensos.

Finalmente, é necessário apostar na criação de laços fortes entre a família e a comunidade, principalmente com os seus segmentos mais positivos, associações culturais, recreativas, religiosas, etc.

Em relação à escola, as recomendações do modelo seguem em paralelo com as da família, ambos contextos de desenvolvimento, ainda que significativamente distintos.

Antes de mais, o modelo recomenda um ambiente físico de qualidade, tanto no plano da higiene, como no da organização e estética (Spencer e Baum, 1997). Depois, é importante assegurar que na relação pedagógica se verifiquem as seguintes condições:

- que a taxa professor / alunos seja o mais elevada possível, de acordo com os recursos da escola, claro, mas sem nunca descer para o nível da massificação impossibilitadora do controle;
- Que a atitude manifesta e o comportamento relacional do professor seja de empenhamento, dedicação e disponibilidade (Rutter *et al.*, 1979);

- Que se crie um clima de entusiasmo pela aprendizagem, senso de responsabilidade e valorização do desempenho excelente.

É óbvio que estas condições exigem que a escola esteja razoavelmente equipada plano pedagógico e científico, e desenvolva em relação à comunidade ligações fortes, que lhe permitam actividades paralelas de lazer, aprendizagem e serviço.

Nos contextos de trabalho, a recomendação é que se sigam as orientações bem estabelecidas da psicossociologia organizacional e da ergonomia, nomeadamente no que se refere às condições de segurança e saúde física e mental.

Recomendações mais específicas do modelo compósito orientam-se para a atenção a prestar à articulação com a vida pessoal e familiar, pois é bem conhecido o impacto negativo que as exigências de trabalho desajustadas podem ter sobre o equilíbrio do sistema familiar e, através dele, do indivíduo.

O nível de compensações obtidas com o trabalho também não deve ser descurado, quer em termos de salário quer de outras compensações, pois os estudos mostram que a inequidade salarial, mesmo a positiva, mas sobretudo a negativa, é um factor de disfuncionalidade que aumenta a probabilidade de comportamentos desviantes de vários tipos.

Finalmente, **o plano societal**. Neste capítulo, deve antes de mais prestar-se atenção aos modelos veiculados, como decisivo factor de influência na aquisição de comportamentos (Bandura, 1986). A prevenção consiste, por um lado, em controlar os efeitos deletérios de modelos de desregulação a que crianças, adolescentes e jovens adultos estão expostos (principalmente na área do espectáculo, mas também no desporto, negócios e política); por outro lado, prevenir é favorecer ou aproveitar o aparecimento de modelos equilibradores alternativos.

Um outro ponto importante para a prevenção é o controle e redução tanto quanto possível das mensagens de duplo-ligame (Bateson, 1978b) veiculadas pela publicidade e órgãos de informação colectiva: conseguir o controle destas mensagens sem se atentar contra as liberdades é difícil, mas quem quiser fazer um trabalho de prevenção a sério não as pode ignorar para as contrabalançar.

É também decisivo fomentar a existência de grupos e associações, cujas actividades ofereçam um campo acessível de expressão de uma criatividade positiva e construtiva, sem excessiva regulamentação adulta.

Poderá, assim, oferecer-se às pessoas um contexto com oportunidades variadas de crescimento, que obedeça suficientemente à lei da variedade requerida (Ashby, 1960). O eixo nuclear articulador desse campo será o indivíduo com a sua família, o indivíduo como sujeito, a família como o primeiro campo-piloto da aprendizagem relacional, um campo ainda protegido, mas aberto a futuros ensaios, aberto à vida.

Referências

- Adams, J. S. (1963). Toward an understanding of inequity. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 67, 422-436.
- Adams, J. S. e Jacobsen, P. R. (1964). Effects of Wage inequities on work quality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 69, 19-25.
- Agra, C. (1998). *Entre Droga e Crime*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Agra, C. e Matos, A. P. (1997). *Trajectórias Desviantes*. Ed. Gab. Planeamento e Coordenação do Combate à Droga
- Ashby, W. R. (1960). *Design for a Brain*. N. York: Wiley.
- Bandura, A. (1986). *Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Antonovsky, A. (1990). The sense of coherence as a determinant of health. In Matarazzo, J. D., Weiss, S.M., Herd, J.A., Miller, N.E., Weiss, S.M. (1990). *Behavioral health: A handbook of health enhancement and disease prevention*. N. York: Wiley and Sons.
- Bateson, G. (1978b). The double-bind misunderstood?. *Psychiatric News*, 13.
- Buckley, W. (1969). *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*. S. Paulo: Cultrix.
- Di Lalla, L.F. e Gottesman, I.I. (1989). Heterogeneity of causes for delinquency and criminality: Lifespan perspectives. *Development and Psychopathology*, 1, 339-349.
- Frieze, I. (1997). Rape and sexual assault. In: Baum, A., Newman, St., Weinman, J., West, R. e McManus, Ch. (Eds.) (1997). *Cambridge Handbook of Psychology, Health and Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press
- Grunberg, N. E., Brown, K. J. e Klein, L. C. (1997). Tobacco Smoking. In: Baum, A., Newman, St., Weinman, J., West, R. e McManus, Ch. (Eds.) (1997). *Cambridge Handbook of Psychology, Health and Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Haggerty, R., Sherrod, L., Garnezi, N. e Rutter, M. *Stress, Risk and Resilience*. Cambridge: Cambridge Univ Press.
- Henggeler, S. W. (1989). *Delinquency in Adolescence*. Newbury Park: Sage.
- Hewison, J. (1997). Family influences on health. In: Baum, A., Newman, St., Weinman, J., West, R. e McManus, Ch. (Eds.) (1997). *Cambridge Handbook of Psychology, Health and Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press
- Hollander, E. P. (1976). *Principles and Methods of Social Psychology*. N. York: Oxford University Press.
- Kazdin, A.E. (1985). *Treatment of Antisocial Behavior in Children and Adolescents*. Homewood, IL: Dorsey Press.
- Kazdin, A. E. e Buela-Casal, G. (2001). *Conduta Anti-Social* Lisboa: McGraw-Hill
- Lewin, K. (1951). *Field theory in social science* N. York: Harper and Row
- McGuire, J., Mason, T. e O'Kane, A. (2000). *Behaviour, Crime and Legal Processes*. N. York: Wiley
- Miller, J. (1978). *Living Systems*. N. York: Wiley and Sons.
- Queirós, C. (1997). *Emoções e Cognições em Consumidores de Droga e Delinquentes*. Ed. Gab. Planeamento e Coordenação do Combate à Droga.
- Rutter, M., Maughan, B., Mortimore, P. e Ouston, J. (1979). *Fifteen Thousand Hours: Secondary Schools and their Effects on Children*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Sayette, M. (1997). Alcohol abuse / alcoholism. In: Baum, A., Newman, St., Weinman, J., West, R. e McManus, Ch. (Eds.) (1997). *Cambridge Handbook of Psychology, Health and Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press
- Spencer, S. e Baum, A. (1997). Architecture and Health. In: Baum, A., Newman, St., Weinman, J., West, R. e McManus, Ch. (Eds.) (1997). *Cambridge Handbook of Psychology, Health and Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press
- Teixeira, J.M. (1997). *Processos Psicofisiológicos em Consumidores de Droga e Delinquentes*. Ed. Gab. Planeamento e Coordenação do Combate à Droga.